

Credor não perdoa juros

No centro do debate econômico no País está hoje a questão da transferência de renda ao exterior, para atender à exigência dos banqueiros em termos de pagamento dos juros da dívida externa: só no próximo ano o Brasil pagará cerca de US\$ 12 bilhões ao exterior, sob a forma de juros, caso não ocorram novas altas nas taxas internacionais. Deste total, quase a metade representa transferência líquida de riqueza. Já que o restante será financiado às custas de novos empréstimos para aumentar o débito externo.

Os banqueiros admitem tudo, menos deixar de receber os juros: por isso mesmo estão dispostos a conceder novos empréstimos, rolando as amortizações devidas este ano e no próximo, e mesmo a dar mais prazo para pagamento. E até agora o Brasil tem aceito esta exigência porque não tinha outra saída: sem reservas, com seu suprimento importado de petróleo ameaçado de corte, e abalado por inflação de 200% ao ano, o País não tinha outra escolha senão aceitar os termos impostos.

O problema é que cada dólar transferido ao exterior, decorrente dos ganhos com as exportações e economia com as importações, significa um dólar a menos investido internamente na criação de riquezas e empregos. Para diminuir o déficit em conta corrente no balanço de pagamentos, o País está se submetendo a um programa econômico que implica em diminuição imediata da atividade pro-

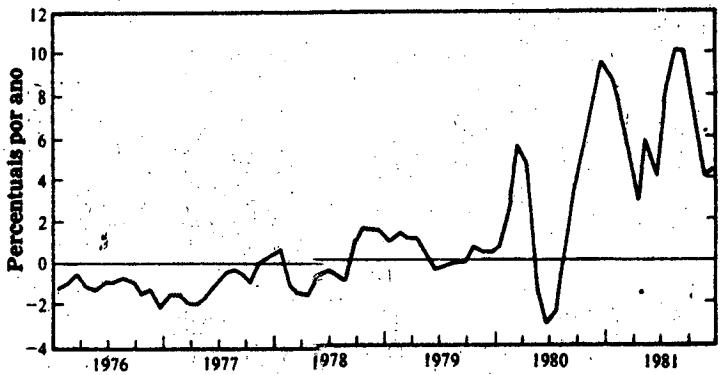
dutiva, com os efeitos colaterais da especulação financeira, que aumentam ainda mais o custo interno do dinheiro.

Para o País, as desvantagens deste tipo de negociação são claras: a qualquer momento as taxas internacionais de juros podem explodir novamente, caso os Estados Unidos resolvam aumentar seu déficit fiscal para cobrir novos esforços armamentistas no confronto com a União Soviética. Mesmo que as taxas se mantenham nos níveis atuais de 11%, a situação brasileira ficará extremamente difícil, se não houver uma retomada do comércio mundial, em nível suficiente para viabilizar a expansão das nossas exportações.

Por estas razões é que o Governo já estuda alternativas para o próximo ano, destinadas a abrir negociações com os governos do Ocidente e com os bancos credores, de forma a que o pagamento da dívida externa possa ficar vinculado diretamente ao nível de taxas de juros no exterior e ao desempenho das exportações. No momento, isto ainda é inaceitável, mas as autoridades econômicas acham que o alívio temporário nas contas externas — com o acordo com o FMI e com os novos empréstimos dos bancos — virá acompanhado de melhoria na situação interna, de tal forma que o País terá novamente credibilidade suficiente para impor suas condições. (A.C.)

TAXAS REAIS DE JUROS NOS EUA

Índice trimestral dos títulos do Tesouro



Fonte: Congresso dos EUA. "The World's Money", M. Moffit, 1983